



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E GRADUAÇÃO - PREG  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS/FACIME PSICOLOGIA

DARA CLOE AGUIAR DE ALMEIDA FERNANDES

**PSICOTERAPIA INCLUSIVA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO ATENDIMENTO A  
PESSOAS SURDAS NO CONTEXTO CLÍNICO-PSICOLÓGICO**

TERESINA - PI

2025

DARA CLOE AGUIAR DE ALMEIDA FERNANDES

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciada em Psicologia.

**Orientadora:** Prof. Me. Marília Santana Andrade

TERESINA - PI

2025

DARA CLOE AGUIAR DE ALMEIDA FERNANDES

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciada em Psicologia.

**Orientadora:** Prof. Me. Marília Santana Andrade

Trabalho defendido e aprovado em: 26/06/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Marília Santana Andrade Orientadora  
Universidade Estadual do Piauí

---

Prof. Dra. Rafaella Coêlho Sá  
Universidade Estadual do Piauí

---

Prof. Thayane Nascimento Freitas  
Universidade Estadual do Piauí

A Deus, toda honra e glória, eternamente.  
Porque dele, e por ele, e para ele são todas  
as coisas; glória, pois, a ele eternamente.

Romanos 11:36.

## RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência nos serviços de saúde mental tem sido um desafio constante na prática psicológica, especialmente no que se refere ao atendimento psicoterapêutico de pessoas com surdez. Apesar dos avanços legais e sociais, ainda se observam barreiras significativas relacionadas à comunicação, ao desconhecimento da cultura surda e à escassez de profissionais habilitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Este trabalho teve como objetivo analisar os principais desafios enfrentados por psicólogos e pessoas com surdez na psicoterapia, bem como identificar estratégias e práticas clínicas que favoreçam um atendimento mais acessível, eficaz e culturalmente sensível. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base em revisão bibliográfica, desenvolvida por meio da análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais que tratam da psicoterapia inclusiva, da surdez e da acessibilidade em saúde mental. A coleta de dados foi realizada nas bases Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), utilizando os descritores “psicoterapia”, “surdez” e “inclusão”, considerando publicações em língua portuguesa no período de 2003 a 2023. Os resultados evidenciaram que os principais desafios estão relacionados à comunicação, à ausência de formação em Libras por parte dos profissionais e à falta de sensibilidade cultural. Como estratégias eficazes, destacam-se a ausência de profissionais intérpretes de Libras, o investimento na formação bilíngue, no caso, Libras-Língua-portuguesa, a adaptação de técnicas terapêuticas e o uso de recursos visuais. Conclui-se que a promoção de uma psicoterapia inclusiva exige transformações estruturais e conceituais na formação em Psicologia, bem como o fortalecimento de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo e humanizado às pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Inclusão; Psicoterapia; Surdez.

## **ABSTRACT**

The inclusion of people with disabilities in mental health services has been a persistent challenge in psychological practice, particularly concerning psychotherapeutic care for deaf individuals. Despite legal and social advances, significant barriers remain related to communication, the lack of knowledge about Deaf culture, and the shortage of professionals trained in Brazilian Sign Language (Libras). This study aimed to analyze the main challenges faced by psychologists and deaf individuals in psychotherapy, as well as to identify strategies and clinical practices that promote more accessible, effective, and culturally sensitive care. This is a qualitative study based on a bibliographic review, conducted through the analysis of scientific articles, books, and official documents addressing inclusive psychotherapy, deafness, and accessibility in mental health. Data collection was carried out using Google Scholar, Scientific Electronic Library Online (SciELO), and Electronic Psychology Journals (PePSIC), with the descriptors “psychotherapy,” “deafness,” and “inclusion,” focusing on Portuguese-language publications from 2003 to 2023. The results revealed that the main challenges involve communication difficulties, the lack of professional training in Libras, and limited cultural awareness. As effective strategies, the following stand out: the lack of Libras interpreters, investment in bilingual education—specifically Libras and Portuguese—adaptation of therapeutic techniques, and the use of visual resources. It is concluded that promoting inclusive psychotherapy requires structural and conceptual changes in psychology training, as well as the strengthening of public policies that ensure equitable and humane access to people with disabilities.

**Keywords:** Inclusion; Psychotherapy; Deafness.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>10</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>19</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A promoção da acessibilidade e do respeito à diversidade tem ganhado crescente relevância nas discussões acadêmicas e sociais, especialmente no campo da saúde mental. Este trabalho propõe-se a explorar os obstáculos enfrentados e as soluções possíveis para promover um atendimento psicoterapêutico mais acessível e inclusivo às pessoas surdas. Mattioni (2018) evidencia a escassez de atendimentos psicoterápicos voltados a esse público, o que torna urgente a reflexão sobre práticas clínicas mais adequadas às suas necessidades.

Segundo o Decreto nº 5.626/2005, a pessoa surda é aquela que, por perda auditiva bilateral, parcial ou total, comprehende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras. Esse marco legal reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, destacando a importância do acesso à educação bilíngue Libras-Língua Portuguesa e à acessibilidade em diferentes contextos sociais para garantir a inclusão plena dessa população.

A comunicação é essencial na psicoterapia, e barreiras linguísticas e culturais podem comprometer a experiência terapêutica de pessoas surdas. Historicamente tratada como deficiência a ser corrigida, a surdez foi alvo de práticas de oralização, em detrimento da Língua de Sinais (MEC, 2006). No entanto, a partir do século XX, ganhou força a perspectiva social da surdez, que valoriza a identidade e a cultura surda como fundamentais na formação do sujeito surdo.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), por atender aos critérios linguísticos de um sistema estruturado e possuir modalidade visual-espacial própria, é reconhecida como uma língua autônoma e essencial à comunicação da comunidade surda que opta pela sinalização em Libras (Quadros, 2008). Ela não apenas viabiliza a interação cotidiana, como também contribui para a construção de relações interpessoais, desenvolvimento cognitivo e expressão subjetiva (Alves & Frasseto, 2015). É importante destacar que tanto a Libras quanto a oralização são meios de comunicação utilizados pela comunidade surda, cabendo à pessoa surda decidir qual utilizar.

Com essa mudança de paradigma, novas compreensões sobre acessibilidade começaram a se consolidar, incluindo na área da saúde mental. No entanto, ainda há grandes desafios para o pleno acesso de pessoas surdas aos serviços psicoterapêuticos, principalmente devido à escassez de profissionais capacitados em

Libras e à ausência de uma formação que contemple a cultura surda. Além das barreiras comunicacionais, é preciso considerar as dificuldades em adaptar as técnicas terapêuticas às singularidades dessa população (Pereira, Araújo & Silva, 2020).

Além disso, a população surda constitui um grupo particularmente vulnerável no campo da saúde mental, pois enfrenta barreiras linguísticas e atitudinais que comprometem o acesso a cuidados qualificados e reforçam sentimentos de isolamento e invisibilidade social. Tal vulnerabilidade pode potencializar o sofrimento psíquico e a exclusão, especialmente quando o atendimento psicoterapêutico não é cultural e linguisticamente adequado, (Santos; Silva, 2019).

Diante desse cenário, o presente estudo busca investigar os principais desafios no atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas tendo como referência aqueles sinalizantes em Libras, bem como identificar estratégias que favoreçam uma prática clínica mais inclusiva e eficaz. Por meio de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, pretende-se compreender como a ausência de formação específica impacta o vínculo terapêutico e a qualidade do cuidado, além de apontar caminhos possíveis para a construção de uma psicologia mais acessível, sensível às diversidades e comprometida com a equidade.

Vale destacar que o sujeito surdo possui suas funções cognitivas plenamente preservadas, sendo a sua surdez uma condição sensorial e não intelectual, como bem consta na Lei Brasileira de Inclusão. Um obstáculo enfrentado por essa população não é a surdez em si, mas a incapacidade da sociedade ouvinte de se comunicar com ela adequadamente. Então, compreender o sujeito surdo dentro de sua singularidade e de sua cultura linguística é fundamental para garantir o direito ao atendimento psicoterapêutico equitativo e eficaz.

Esse tema ganha ainda mais relevância quando se considera o que preveem a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial da comunidade surda, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta essa lei e assegura o direito à comunicação e à presença dos profissionais intérpretes de Libras em serviços públicos, inclusive na área da saúde. Tais dispositivos reforçam a urgência de práticas psicoterapêuticas inclusivas e culturalmente sensíveis, que garantam o acesso efetivo das pessoas surdas aos serviços de saúde mental.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo geral

Investigar os desafios no atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas tendo como referência aquelas sinalizantes em Libras e identificar estratégias eficazes para a promoção de uma psicoterapia inclusiva voltada às pessoas com surdez, considerando as barreiras comunicacionais, culturais e estruturais no contexto clínico-psicológico.

### 2.2 Objetivos específicos

- Identificar as principais barreiras comunicacionais e estruturais enfrentadas por pessoas surdas no contexto da psicoterapia.
- Analisar a importância da formação em Libras e da compreensão da cultura surda na atuação do psicólogo clínico.
- Investigar estratégias e adaptações terapêuticas eficazes no atendimento de pessoas com surdez.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico, fundamentada na análise de materiais teóricos disponíveis em fontes confiáveis. Esse método foi escolhido por possibilitar a sistematização de conhecimentos já produzidos sobre o tema, permitindo a discussão e comparação dos principais achados da literatura científica (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Dessa forma, a metodologia adotada permite não apenas mapear os desafios enfrentados na psicoterapia com pessoas surdas, como também identificar estratégias fundamentadas teoricamente que possam subsidiar avanços práticos e acadêmicos no campo da psicologia inclusiva.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas sistemáticas nas plataformas Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Também foram consultados livros e documentos oficiais relevantes para o tema. Para a definição dos termos utilizados na pesquisa, recorreu-se ao vocabulário estruturado dos Descritores em Saúde (DeCS/MeSH), com o objetivo de garantir precisão terminológica e ampliar a recuperação de conteúdos pertinentes. Os descritores utilizados foram: “psicoterapia”, “surdez” e “inclusão”.

Como critérios de exclusão, desconsideraram-se estudos voltados exclusivamente ao contexto educacional da surdez, sem interface com a prática psicoterapêutica. Também foram excluídas pesquisas com enfoque restrito à dimensão médica, biológica ou farmacológica da surdez, sem consideração pelos aspectos psicológicos ou psicoterapêuticos. Adicionalmente, não foram incluídos textos opinativos, ensaios, entrevistas, resenhas ou relatos de experiência que não apresentassem embasamento teórico-metodológico consistente, como ausência de revisão de literatura, metodologia claramente definida ou uso de referências acadêmicas reconhecidas.

Foram incluídos na análise os artigos completos, publicados em língua portuguesa, que abordassem de maneira direta o atendimento psicoterapêutico de pessoas com surdez e que estivessem disponíveis nas bases selecionadas. Embora se tenha priorizado a atualidade das publicações, o recorte temporal abrangeu o período de 2003 a 2023, buscando contemplar tanto a relevância teórica quanto a atualização dos dados analisados. Os conteúdos analisados foram organizados na

seguinte tabela:

**Quadro 1 – Artigos utilizados com relação ao tema pesquisado.**

Nº	Título	Autor (Ano)	Tipo de pesquisa	Conclusões
1	Acessibilidade do surdo ao atendimento psicológico na saúde mental	Aguiar; Cordeiro (2021)	Revisão de literatura integrativa	Aponta a ausência de acessibilidade linguística nos serviços de saúde mental e propõe a necessidade de profissionais capacitados em Libras.
2	Psicologia em Libras e a importância do bilinguismo nos atendimentos psicológicos	Rodrigues; Santos, (2021)	Revisão de literatura	Reforça a importância do bilinguismo e da formação em Libras para promover atendimentos mais eficazes a pessoas surdas.
3	Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas	Alves; Frassetto, (2015)	Revisão de literatura	Destaca o papel da Libras no desenvolvimento de pessoas surdas, especialmente na infância.
4	Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez	Bisol; Simioni; Sperb, (2008)	Revisão de literatura	Analisa a trajetória da psicologia no Brasil sobre a surdez, destacando a mudança de paradigma da deficiência para a diferença.
5	Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido	Bisol; Sperb, (2010)	Estudo teórico-discursivo	Explora os discursos sociais sobre surdez e propõe um olhar que valoriza a identidade surda e suas formas próprias de expressão.
6	Ludicidade e prática bilíngue na educação de surdos: articulando sequências didáticas inclusivas	Carvalho; Cardoso, (2023)	Estudo exploratório-colaborativo	Apresenta propostas de sequências didáticas bilíngues com jogos e atividades lúdicas, promovendo inclusão e aprendizagem significativa.
7	A percepção dos psicólogos frente ao atendimento psicológico para surdos	Costa, (2022)	Pesquisa qualitativa	Aponta dificuldades dos psicólogos para atender surdos por falta de formação em Libras e conhecimento da cultura surda.
8	Psicologia inclusiva: realidade e atuação de psicólogos que atendem pessoas surdas	Korndorfer; Mallmann, (2023)	Pesquisa qualitativa	Indica avanços na prática inclusiva de psicólogos, mas ainda com desafios estruturais e de formação para atuação com surdos.
9	Reflexões sobre o atendimento à pessoa com	Mattioni, (2018)	Estudo teórico-reflexivo	Destaca a importância da empatia e da capacitação dos

Nº	Título	Autor (Ano)	Tipo de pesquisa	Conclusões
	surdez: desafio para à psicologia			psicólogos para realizar atendimentos sensíveis às particularidades da surdez.
10	O desenho como recurso auxiliar na investigação psicológica de crianças portadoras de surdez	Peres, (2003)	Estudo de caso	Demonstra como o desenho pode ser um recurso eficaz na investigação psicológica com crianças surdas, facilitando a expressão emocional.
11	Educação de surdos: a aquisição da linguagem	Quadros, (2008)	Estudo teórico	Defende que a aquisição da linguagem por pessoas surdas deve priorizar a Libras como primeira língua, respeitando a identidade surda.
12	Ansiedade entre as pessoas surdas: um estudo teórico	Santos; Silva, (2019)	Revisão de literatura	Identifica fatores que potencializam quadros de ansiedade em pessoas surdas, como exclusão, barreiras comunicacionais e falta de acolhimento.

Fonte: quadro organizado pela autora.

Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, sem coleta de dados empíricos nem envolvimento direto de participantes humanos, este estudo não exigiu apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a restrição às publicações disponíveis em português e de livre acesso, o que pode ter limitado a diversidade de perspectivas internacionais e a inclusão de estudos não indexados nas bases selecionadas. Para minimizar essas limitações, optou-se por utilizar descritores controlados de abrangência internacional (DeCS/MeSH), garantindo maior amplitude e consistência na busca. Além disso, foram adotados critérios rigorosos de seleção quanto à relevância teórica e metodológica dos estudos, a fim de assegurar a confiabilidade e a validade da análise realizada.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os desafios evidenciados neste estudo reforçam o que já está previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à comunicação e o acesso equitativo aos serviços de saúde mental. Também dialogam diretamente com o que determina o Decreto nº 5.626/2005, que recomenda a formação profissional em Libras e a disponibilização dos profissionais intérpretes de Libras para garantir o atendimento adequado a essa população. Dessa forma, a literatura analisada e as experiências relatadas confirmam que a implementação dessas garantias legais é indispensável para uma prática psicoterapêutica verdadeiramente inclusiva.

A literatura analisada evidenciou que a principal barreira enfrentada por pessoas surdas no contexto da psicoterapia está na ausência de profissionais fluentes em Libras, dificultando o estabelecimento do vínculo terapêutico (Aguiar & Cordeiro, 2021; Costa, 2022). Além disso, há escassez de intérpretes disponíveis, salas adaptadas e materiais visualmente acessíveis, o que compromete o acolhimento e o desenvolvimento das sessões. A falta de conhecimento da cultura surda por parte dos profissionais também reforça atitudes capacitistas e dificulta o reconhecimento da surdez como diferença e não como deficiência. Tais obstáculos prejudicam a construção do vínculo terapêutico, gerando desconfiança, limitação na expressão de emoções e enfraquecimento do processo psicoterapêutico.

Os dados mostram que a formação bilíngue em Libras e Língua Portuguesa é apontada como essencial para uma prática clínica sensível e eficaz (Rodrigues, Santos, 2021; Korndorfer, Mallmann, 2023). O domínio da Libras, somado à compreensão das particularidades culturais da comunidade surda, amplia a capacidade do psicólogo de compreender as demandas subjetivas do paciente e evita a dependência de intérpretes, o que pode comprometer a confidencialidade e a fluidez da comunicação terapêutica (Santos, Silva, 2019).

Esses desafios evidenciam que a vulnerabilidade da população surda vai além da comunicação, envolvendo o impacto emocional e social da invisibilidade a que esse grupo é frequentemente submetido, o preconceito e o isolamento ampliam o sofrimento psíquico, reforçando a necessidade urgente de práticas psicoterapêuticas inclusivas e humanizadas.

Foram identificadas diversas estratégias eficazes, entre elas: uso de recursos

visuais (Peres, 2003), técnicas lúdicas como jogos e encenações (Carvalho & Cardoso, 2023), adaptações nos protocolos de anamnese, e o uso de desenhos e materiais gráficos no processo terapêutico. Tais abordagens favorecem a expressão subjetiva e respeitam a modalidade visual-espacial predominante na comunicação dos sujeitos surdos. Além disso, é fundamental que o psicólogo adote uma postura empática, acolhedora e favorável ao aprendizado contínuo, a fim de adaptar suas técnicas e linguagem às especificidades de cada paciente.

Nesse contexto, a formação bilíngue Libras-Língua Portuguesa do psicoterapeuta é considerada fundamental. Rodrigues e Santos (2021) salientam que o domínio da Libras, aliado ao conhecimento da cultura surda, fortalece a comunicação entre profissional e paciente, ampliando a compreensão das demandas subjetivas e contribuindo para a consolidação de uma psicologia verdadeiramente inclusiva. O reconhecimento da surdez como diferença cultural — e não como deficiência — reforça a necessidade de práticas clínicas que respeitem a singularidade das experiências surdas, conforme também argumentado por Bisol e Sperb (2010).

Além da linguagem, a utilização de recursos visuais tem se mostrado eficaz no atendimento de pessoas surdas. Segundo Ribeiro e Rosário (2023), a visualidade assume um papel central nas práticas pedagógicas com alunos surdos, sendo essencial para a construção do conhecimento e para a promoção de uma aprendizagem significativa. Peres (2003) também enfatiza a utilidade das técnicas projetivas no atendimento a essa população, pois permitem acessar conteúdos subjetivos por meio de estímulos visuais adaptados.

Outras estratégias terapêuticas, como o psicodrama, apresentam potencial para enriquecer o atendimento, sobretudo com crianças surdas. Por meio da encenação, essa abordagem favorece a comunicação não verbal e possibilita o acesso às dinâmicas familiares e sociais, respeitando a linguagem visual e o ritmo do paciente. De acordo com Carvalho e Cardoso (2017), a lúdicode pode ser um potente instrumento de mobilização e mediação na educação bilíngue de surdos, sendo eficaz não apenas em contextos educacionais, mas também terapêuticos, por favorecer interações, aprendizagens e o desenvolvimento emocional por meio de jogos, dobraduras, arte e recursos visuais.

Pereira, Araújo e Silva (2020) ressaltam que a precariedade da formação dos profissionais e a ausência de políticas públicas comprometem o acesso da população surda aos serviços psicológicos. Os autores sugerem a reestruturação das clínicas

para acolher essa realidade, por meio de adequações físicas, comunicacionais e formativas. A anamnese, por exemplo, pode ser conduzida de maneira mais flexível, por meio de roteiros semiestruturados e com apoio de familiares, o que possibilita levantar informações relevantes sobre o histórico de vida do paciente, respeitando suas condições linguísticas, nível de oralidade, ambiente familiar e fatores socioeconômicos.

A necessidade de diretrizes institucionais e políticas públicas consistentes também é evidenciada. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) estabelece o direito à comunicação plena e acessível nos serviços de saúde mental. No entanto, na prática, a implementação dessas garantias ainda é limitada. A ausência de fiscalização e o desconhecimento da legislação por parte de muitos profissionais contribuem para a manutenção de práticas excludentes.

Os dados analisados demonstram que a psicoterapia inclusiva enfrenta desafios que vão além da linguagem, exigindo transformações estruturais e conceituais na formação dos psicólogos. Conforme salientado por Costa (2022), ainda são frequentes as dificuldades dos profissionais em adaptar suas práticas às demandas das pessoas surdas, o que reforça a urgência de uma formação continuada, sensível à diversidade comunicacional e cultural.

Embora a presença dos profissionais intérpretes de Libras seja uma alternativa válida, esse recurso também apresenta desafios éticos e técnicos. Santos e Silva (2019) destacam que a presença de um terceiro na sessão pode interferir na relação terapêutica, especialmente em momentos de maior vulnerabilidade emocional. Isso reforça a importância de que os próprios psicólogos adquiram competências comunicativas em Libras, reduzindo a dependência de intermediários.

Por fim, é importante reconhecer que, para além das adaptações técnicas, é necessário promover uma mudança de paradigma: compreender a surdez sob a ótica da diferença e da singularidade, e não como uma limitação a ser superada. A psicologia, enquanto ciência e profissão comprometida com os direitos humanos, precisa incorporar uma postura ética, culturalmente sensível e inclusiva. Essa transformação depende de investimento na formação, produção de conhecimento acessível e engajamento político na defesa de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo aos serviços de saúde mental.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidenciou que o atendimento psicoterapêutico voltado às pessoas com surdez ainda enfrenta inúmeros desafios, sobretudo no que se refere às barreiras comunicacionais, à escassez de profissionais capacitados em Libras e à carência de práticas que considerem a surdez como uma diferença cultural, e não apenas como uma deficiência. Esses fatores impactam negativamente o vínculo terapêutico e a efetividade da psicoterapia, gerando exclusão e enfraquecendo o cuidado em saúde mental.

Os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica demonstraram que a promoção de uma psicoterapia inclusiva requer a adoção de estratégias específicas, como a formação bilíngue Libras-Língua Portuguesa dos psicólogos, a utilização de recursos visuais, a presença do profissional intérprete de Libras de maneira ética e a adaptação das técnicas terapêuticas à realidade e à identidade da pessoa surda. Além disso, políticas públicas e diretrizes institucionais consistentes são fundamentais para assegurar o acesso equitativo e pleno aos serviços psicológicos por parte da população surda, como a previsão legal dos profissionais intérpretes de Libras e equipes bilíngues Libras-Língua Portuguesa nos serviços do SUS.

O estudo também reforça a importância da formação continuada, da sensibilização dos profissionais e do fortalecimento de uma prática clínica culturalmente sensível. Tais aspectos são indispensáveis para que a psicologia avance em direção a um cuidado verdadeiramente inclusivo e comprometido com os direitos humanos.

Assim, as propostas aqui discutidas dialogam diretamente com os dispositivos estabelecidos na Lei nº 10.436/2002, no Decreto nº 5.626/2005 e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que asseguram a dignidade, o respeito à diferença linguística e cultural e o acesso pleno aos direitos fundamentais da população surda. O alinhamento entre a prática profissional e essas normativas fortalece a construção de uma psicologia mais ética, inclusiva e comprometida com a equidade e a justiça social.

Entretanto, este estudo apresenta algumas limitações. Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, houve restrição à análise de artigos publicados em língua portuguesa e de livre acesso nas bases utilizadas, o que pode ter limitado o alcance de outras abordagens internacionais ou metodologias empíricas. Além

disso, a ausência de entrevistas ou observações de campo impediu a verificação prática das estratégias abordadas na literatura.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a temática por meio de estudos empíricos, envolvendo psicólogos atuantes na área e pessoas surdas em processo psicoterapêutico, a fim de avaliar, na prática, a eficácia das estratégias propostas. Também se sugere o desenvolvimento de investigações voltadas à formação de profissionais da psicologia em Libras e à criação de protocolos específicos de atendimento inclusivo.

Em suma, garantir uma psicoterapia verdadeiramente acessível para pessoas surdas é um compromisso ético e social da psicologia contemporânea. Investir na qualificação contínua dos profissionais, na construção de práticas inclusivas e no respeito às singularidades da comunidade surda é indispensável para promover o bem-estar dessa população e colaborar com a consolidação de uma sociedade mais justa, equitativa e plural.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. G. M. de; CORDEIRO, E. C. R. Acessibilidade do surdo ao atendimento psicológico na saúde mental. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, v. 2, p. e11777, nov. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/11777>. Acesso em: 02 abr. 2025.
- ALVES, E. G.; FRASSETTO, S. S. Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas. **Aletheia**, n. 46, p. 211–221, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3243>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BISOL, C. A.; SIMIONI, J.; SPERB, T. M. Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 3, p. 392–400, 2008. DOI: 10.1590/S0102-79722008000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/LLp49WF6mHZSJjBf4xcpght/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BISOL, C. A.; SPERB, T. M. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 7–13, jan./mar. 2010. DOI: 10.1590/S0102-37722010000100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/SQkcz9tT9tyhYBvZ4Jv5pfj/>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 22 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm). Acesso em: 22 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 22 abr. 2025.
- CARVALHO, M. C. O. de; CARDOSO, J. M. O. de C. **Ludicidade e prática bilíngue na educação de surdos: articulando sequências didáticas inclusivas**. In: ENCONTRO VIRTUAL DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO, 2023, Feira de Santana. Anais eletrônicos... Feira de Santana: UEFS, 2023. Disponível em: <https://www.uefs.br/vcbei/anais.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução nº 510, de 7 de abril de**

**2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

COSTA, T. A. **A percepção dos psicólogos frente ao atendimento psicológico para surdos.** 2022. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade UNIRB, Parnaíba, 2022. Disponível em: <http://dspace.unirb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/413?show=full>. Acesso em: 22 abr. 2025.

KORNDORFER, S. S.; MALLMANN, L. J. Psicologia inclusiva: realidade e atuação de psicólogos que atendem pessoas surdas. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 11, n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18316/sdh.v11i2.9263>.

MATTIONI, D. A. **Reflexões sobre o atendimento à pessoa com surdez: desafio para à psicologia.** 2018. 33 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2019. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br/items/f15d26fc-87a8-490d-a016-24742621aaf1/full>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PERES, R. S. O desenho como recurso auxiliar na investigação psicológica de crianças portadoras de surdez. **Psic: Revista da Vetor Editora**, v. 4, n. 1, p. 22-29, 2003.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PtyMkjOaF50C&oi=fnd&pg=PR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 22 abr. 2025.

RODRIGUES, W. R. A.; SANTOS, M. A. dos. Psicologia em Libras e a importância do bilinguismo nos atendimentos psicológicos. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia da FAEF**, v. 37, n. 1, p. 1–11, nov. 2021. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/site/e/psicologia-37-edicao-novembro-de-2021.html#tab1537>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SANTOS, F.; SILVA, J. P. da. **Ansiedade entre as pessoas surdas: um estudo teórico.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 71, n. 1, p. 143–157, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i1p.143-157>.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1 Pt 1, p. 102–106, jan. - mar., 2010. DOI: 10.1590/S1679-45082010RW1134. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2025.